

UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA
FACULTAD DE DERECHO
BIBLIOTECA

Dr. Américo Plá Rodríguez

ÍNDICE DO VOLUME II

REGULAMENTAÇÕES ESPECIAIS

SALÁRIO — *Márcio Túlio Viana*

1. Conceito de salário. 2. Conceito de remuneração. 3. O salário como prestação do empregador. 4. O salário como causa do trabalho. 5. O salário como obrigação. 6. O salário como pagamento do trabalho. 6.1. O objeto da retribuição salarial. 6.2. A retribuição indireta. 7. O salário como prestação continuada. 8. O salário e as exceções legais. 9. Síntese. Bibliografia

19

SALÁRIO "IN NATURA" OU EM UTILIDADES — *Júlio Bernardo do Carmo*

1. Regulamentação legal. 2. Conceito e critérios distintivos. 3. Valores das utilidades. 4. Utilidade e incorporação dos percentuais. 5. Utilidades salariais — peculiaridades da legislação rural. 6. Novação objetiva do salário *in natura*. 7. A utilidade-salário em face da interrupção, suspensão e extinção do contrato de trabalho. 8. Algumas modalidades de salário *in natura* não contempladas legalmente — citações jurisprudenciais. 9. Modalidades de prestações não consideradas de cunho salarial — vale-transporte. 10. Utilidade-alimentação — Lei n. 6.321/86 — Programa de Alimentação ao Trabalhador. 11. Moradia do trabalhador rural. Bibliografia

29

GRATIFICAÇÕES. COMISSÕES. PERCENTAGENS. ABONOS. PRÊMIOS. PIS-PASEP. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS LUCROS DAS EMPRESAS — *Paulo A. G. Falci Castellões*

I. Gratificações. 1. Precisoões preliminares. Conceito de gratificação e sua natureza. 2. O caráter obrigacional das gratificações. Gratificações legais, resultantes de ajuste expresse e de ajuste tácito. Concepção subjetivista e ob-

7

60142

111 OCT 2007

jetivista. 3. Modalidades de gratificações. 4. Breves considerações a respeito das gratificações quanto à sua causa. 4.1. Gratificação de função. 4.2. Gratificações de balanço. 4.3. Gratificações de festas. 4.4. Gratificação de tempo de serviço. 4.5. Gratificação de produtividade. 4.6. Gratificação de interinidade. 4.7. Gratificação de complementação de aposentadoria. 4.8. Gratificação de quebra-de-caixa. 4.9. Gratificação de Natal (13º salário). 5. Consequências jurídicas das gratificações. II. Comissões. 1. Conceituação. 2. Classificação das comissões. 3. O direito à percepção das comissões e a sua apuração. 4. A regência das comissões dos vendedores-viajantes (ou praticistas). Disposições da Lei n. 3.207, de 18.7.57. III. Percentagens. IV. Abonos. 1. Considerações prévias. Conceituação. 2. O abono de férias. V. Prêmios. Conceituação. Natureza. VI. PIS-PASEP. VII. Participação dos empregados nos lucros das empresas 53

DIÁRIAS E AJUDA DE CUSTO — Márcio Túlio Viana

1. Aspectos gerais. 1.1. Instrumentos de trabalho e salário. 1.2. Instrumentos de trabalho e indenizações. 1.3. A obrigação de indenizar. 2. Diárias para viagem. 2.1. Conceito. 2.2. Natureza jurídica. 2.3. Diárias e os Enunciados do TST. 2.4. Diárias e obrigação de pagar. 2.5. Diárias e reajustes. 3. Ajudas de custo. 3.1. O tumulto conceitual. 3.2. Diferenças com as diárias. 3.3. Ajudas de custo e o limite legal. 3.4. Espécies. 3.5. Figuras afins. Bibliografia 89

ADICIONAIS EM GERAL — Márcio Túlio Viana

1. Conceito. 2. Espécies. 3. Natureza jurídica. 4. Princípios gerais. 5. Adicionais e habitualidade. 5.1. Habitualidade e supressão do pagamento. 6. Adicionais e alterações do contrato. 7. Adicionais e base de cálculo. Bibliografia 102

ADICIONAL DE HORAS EXTRAS — Márcio Túlio Viana

1. Generalidades. 2. As inovações da Constituição de 1988. 3. As várias hipóteses de trabalho extraordinário. 3.1. Horas extras pactuadas. 3.1.1. Supressão de horas extras habituais. 3.1.2. Horas extras e ajuste tácito. 3.1.3. Outros Enunciados sobre horas extras habituais. 3.2. Horas extras não pactuadas. 4. Pessoas excluídas. 5. Regime

de compensação. 6. Hora extra e jornada reduzida. 7. Hora extra e *in itinere*. 8. Sobreaviso e uso de BIP. 9. Duplo emprego e empregador único. 10. Outras situações especiais. 11. Cálculo das horas extras. 12. Horas extras e aviso prévio. 13. Hora extra da mulher. 14. Horas extras do menor. 15. Prova da hora extra. Bibliografia 108

ADICIONAL NOTURNO — *Márcio Túlio Viana*

1. Generalidades. 2. Conceito de noite. 3. Valor do adicional. 4. Regime de revezamento. 5. Pessoas excluídas. 6. Horário misto. 7. Cálculo e prova. 8. Dupla incidência. 9. Alteração de turnos. 10. Habitualidade. 11. Trabalho noturno da mulher. 12. Trabalho noturno do menor. Bibliografia .. 127

INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE — *Márcio Ribeiro do Valle*

1. Introdução. 2. Atividades insalubres. 2.1. Conceito, fundamentos e relação das atividades insalubres. 2.2. Percentuais, base de incidência e reflexos na remuneração. 2.2.1. Trabalho intermitente. 2.3. Duplo agente insalubre. Local insalubre e também perigoso. 2.4. Perícia obrigatória. 2.4.1. Laudo emprestado e perícia após rompido o vínculo. 2.4.2. Agente insalubre diverso ou mais elevado que o pleiteado na reclamatória. 2.5. Competência exclusiva do Ministério do Trabalho no enquadramento da insalubridade. 2.6. Neutralização e eliminação da insalubridade. 2.7. EPI — obrigatoriedade do uso e fiscalização. 3. Atividades perigosas. 3.1. Conceito e fundamentos. 3.2. Radiações ionizantes ou substâncias radioativas: legalidade da Portaria n. 3.393/87. 3.3. Percentual, base de incidência e reflexos remuneratórios. 3.4. Contato permanente, intermitente ou eventual com as áreas de risco. 3.5. Cessação da periculosidade. 3.6. Perícia obrigatória. 4. Prescrição. 5. Procedimentos administrativos para a concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade nos órgãos da administração federal direta, em suas autarquias e fundações. Bibliografia 135

GORJETAS — *Márcio Túlio Viana*

1. Conceito. 2. Origem. 3. Etimologia. 4. Causas. 5. Tipos de gorjetas. 6. Tipos paralelos. 7. Natureza das gorjetas.

8. Natureza dos reflexos. 9. Estimativa das gorjetas. 10. Gorjetas e salário mínimo. 11. Gorjetas sem reflexos. 12. Gorjetas e alterações do contrato. 13. Conclusões. Bibliografia	159
---	-----

SALÁRIO MÍNIMO — *Júlio Bernardo do Carmo*

1. Origens. 2. Fundamentos e motivação sociológica. 3. Classificação. 4. Características gerais. 5. Evolução legislativa no Brasil. 6. Conceito. 7. Natureza das normas. 8. Fixação, estipulação, garantia e revisão. 9. Componentes. 10. Salário <i>in natura</i> . 11. Empregado que recebe gratificações, prêmios de produção, gorjeta, adicional de transferência. 12. Empregado com jornada reduzida; e o menor aprendiz. 13. Vigia. 14. Salário mínimo, salário profissional, salário de categoria. Conceito. Fontes e métodos de fixação. O problema da inconstitucionalidade. Tipos. 15. Formas gerais de salário ou base de cálculo do salário. 16. Qualificações do salário. 17. Estipulação do salário. Bibliografia	170
---	-----

SALÁRIO-FAMÍLIA — *Márcio Túlio Viana*

1. Introdução. 2. Objetivos e crítica. 3. Titulares. 3.1. Avulsos. 3.2. Domésticos e outros excluídos. 4. Evolução legislativa. 5. Direito comparado. 6. Natureza jurídica. 7. Espécies. 8. Salário mínimo e salário-família. 9. Mecanismo. 10. Destinatários. 11. Pagamento. 12. Acumulação de empregos. 13. Valor da cota. 14. Termo de responsabilidade. 15. Prova do pagamento e descontos. 16. Salário-família e ausência de trabalho. 17. Salário-família e jornada reduzida. 18. Salário-família e aviso prévio. 19. Salário-família e 13º salário. 20. Salário-família e gratificações ajustadas. 21. Salário-família e FGTS. 22. Salário-família e cessação do pagamento. 23. Prescrição. 24. Competência da Justiça do Trabalho. Bibliografia	252
---	-----

EQUIPARAÇÃO SALARIAL — *Márcio Túlio Viana*

1. Introdução. 2. Evolução legislativa. 3. Equiparação por identidade. 3.1. Identidade funcional. 3.2. Identidade por

dutiva. 3.3. Identidade qualitativa. 3.4. Identidade do empregador. 3.4.1. Grupo empresarial. 3.5. Identidade de local de trabalho. 3.6. Identidade de tempo de serviço. 3.6.1. A questão da contemporaneidade. 3.6.2. O problema das substituições. 3.7. Fatores excludentes. 3.7.1. Readaptação profissional. 3.7.2. Quadro de carreira. 3.7.2.1. Quando o quadro não elide a equiparação. 3.7.3. Impossibilidade de comparação. 3.7.3.1. Cargo de confiança. 3.7.4. Desigualdade de regimes. 3.8. Objeto da equiparação. 3.9. Ação de equiparação. 3.10. Ação de enquadramento. 3.11. Prescrição. 4. Equiparação por analogia. 5. Equiparação por equivalência. Bibliografia	270
---	-----

MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO SALÁRIO OU GARANTIAS SALARIAIS — *Clodoveu Machado Filho*

1. Fundamentos. 2. Proteção contra abusos do empregador. 2.1. O princípio da irredutibilidade do salário. 2.2. O princípio da inalterabilidade prejudicial. 2.3. O princípio da integralidade do salário. 2.4. O princípio da pontualidade no pagamento. 3. Proteção contra credores do empregador. O princípio da intangibilidade do salário. 4. Proteção contra credores do empregado. O princípio da impenhorabilidade. 5. Proteção contra familiares do empregado e contra a própria imprevidência deste	293
--	-----

INVENÇÕES DO EMPREGADO — *Paulo A. G. Falci Castellões*

1. Referências legais básicas. 2. Conceituações necessárias. 3. Classificação das invenções dos empregados. 4. Competência para julgamento das ações do empregado-inventor. 5. Ônus da prova.	302
--	-----

JORNADA DE TRABALHO — *Orestes Campos Gonçalves*

1. Histórico. 2. Generalidades. 3. Conceito e norma geral. 4. Prorrogação da jornada. 5. Exceções à regra geral. 6. Os descansos, o trabalho noturno e quadro de horário. 7. Horas extras; habitualidade; integração ao salário; cálculo; supressão; natureza jurídica. 8. Horas extras: prova. Bibliografia	313
--	-----

JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO: TURNOS ININTER-
RUPTOS DE REVEZAMENTO — *Maurício Godinho
Delgado*

I. Introdução. II. Turnos de revezamento: da discriminação
à proteção jurídica. III. A norma constitucional de 1988 e
sua apreensão interpretativa. IV. Premissas para interpre-
tação do dispositivo da CF/88: distinção entre o método
político e o método jurídico. V. A apreensão lógico-teleo-
lógica do art. 7º, XIV, CF/88. VI. Art. 7º, XIV, CF/88 e o
servidor público 330

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO — *Carlos Denis
Machado*

1. Introdução. 2. Histórico. 3. No Brasil. 4. A Lei n. 605 ... 343

FÉRIAS — *Bolívar Viegas Peixoto*

1. Evolução histórica. 2. Fundamentos. 3. Natureza jurídi-
ca. 4. Condições para a aquisição. 5. Inclusões no período
aquisitivo. 6. Ausências derogatórias. 7. Duração. 8. Con-
cessão e fracionamento. 9. Doença do empregado ao en-
sejo das férias. 10. Férias no curso do aviso prévio. 11.
Repouso efetivo. 12. Remuneração. 13. Abono de 1/3. 14.
Abono pecuniário. 15. Cessação do contrato e compen-
sação pecuniária. 16. Prescrição. Bibliografia 351

ALTERAÇÕES DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO
— *Heros de Campos Jardim* 369

SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO CONTRATUAL — *Alice Mon-
teiro de Barros*

1. Conceito. 2. Traços distintivos. 3. Hipóteses de inter-
rupção. 4. Hipóteses de suspensão. 5. Fluência dos con-
tratos a termo em face da suspensão e da interrupção do
contrato. 6. Efeitos 384

TERMINAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO — *Ísis de Al-
meida*

1. Resilição do contrato de trabalho por prazo indetermi-
nado. 2. Cessação dos contratos de prazo determinado . 403

A JUSTA CAUSA NO DIREITO DO TRABALHO — *Manoel Cândido Rodrigues*

1. Conceituação terminológica. 2. Histórico da justa causa.
3. Natureza jurídica da justa causa. 4. Âmbito da justa causa. 5. Avaliação da justa causa. 6. Ônus da prova.
7. Sistemas existentes. 8. Análise do sistema brasileiro.
9. Observações. Bibliografia 421

RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO — *Pedro Paulo de Souza Ameno*

1. Conceito e terminologia. 2. Natureza da sentença proferida em processo onde se postula a rescisão indireta.
3. Atos faltosos do empregador. 4. Natureza da falta — imediatidade. 5. Ônus da prova. 6. Permanência no emprego. 7. Relação de emprego controvertida. 8. Consequências 456

"FACTUM PRINCIPIS", FORÇA MAIOR E TEMAS CORRELATOS — *José César de Oliveira*

1. Introdução. 2. Da Cláusula *rebus sic stantibus*. 3. Teoria da imprevisão. 4. Caso fortuito e força maior. 5. *Factum principis*. Bibliografia 467

O AVISO PRÉVIO — *Carlos Alberto Reis de Paula*

1. Histórico. 2. Conceituação do aviso prévio. 3. Efeitos do aviso prévio. 3.1. Efeito principal. 3.2. Efeito secundário.
4. Prazos do aviso prévio. 5. Aviso prévio e justa causa.
6. Faltas durante o aviso prévio. 7. Aviso prévio e despedida indireta. 8. Aviso prévio e contrato por tempo determinado. 9. Aviso prévio e suspensão do contrato. 10. Aviso prévio e o menor. 11. Aviso prévio e estabilidade provisória. 12. Aviso prévio e reconsideração. 13. Aviso prévio e renúncia. 14. Forma do aviso prévio. 15. Aviso prévio e descontos previdenciários. 16. Aviso prévio e culpa recíproca. 17. Aviso prévio e força maior. 18. Aviso prévio e cessação da atividade da empresa. 19. Aviso prévio e demissão. 20. Aviso prévio e acerto rescisório. Bibliografia. 489

DESPEDIDA — *Antônio Figueiredo*

A declaração de vontade do empregador: sua natureza e elementos. Natureza jurídica da indenização de antiguidade 518

ESTABILIDADE — *Ísis de Almeida*

1. Conceito. Requisitos. Natureza jurídica. 2. Modos de Aquisição. 3. Outras espécies de estabilidade. 4. Empregados que não adquirem estabilidade. 5. Empregados que perdem a estabilidade. 6. Terminação do contrato de trabalho do estável. 7. Dispensa por falta grave do estável. 8. Rescisão indireta pedida pelo estável. 9. Despedida obstativa. 10. Retorno do estável ao emprego após suspensão do contrato por doença prolongada. 11. Estabilidade sindical 528

NOVOS RUMOS PARA A PROTEÇÃO CONTRA A DESPEDIDA ARBITRÁRIA — *Ísis de Almeida*

I. Estabilidade no emprego ou proteção contra a despedida imotivada? II. O conceito abrangente da "indenização compensatória". III. Natureza trabalhista-previdenciária das reparações pela dispensa imotivada 542

O NOVO FGTS — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*..... 551

O DANO E SUA REPARAÇÃO NO ÂMBITO DO DIREITO CIVIL E DO TRABALHO — *Júlio Bernardo do Carmo*

1. Etimologia. 2. Conceito. 3. Precedentes históricos. 3.1. O Código de Hamurabi. 3.2. As Leis de Manu. 3.3. A Lei das XII Tábuas. 3.4. No Alcorão. 3.5. Na Bíblia. 3.6. Na Grécia. 3.7. Em Roma. 4. A reparação do dano moral no direito brasileiro. 4.1. Os danos morais sob a ótica da jurisprudência. 4.2. Fundamentos legais da reparação do dano moral. 4.3. Responsabilidade. 4.4. Responsabilidade civil e penal. 4.5. A responsabilidade civil e suas doutrinas. A teoria da responsabilidade subjetiva. A teoria objetiva. Teorias ecléticas. 4.6. Danos morais. 4.6.1. Generalidades. 4.6.2. Danos materiais e danos morais. 4.6.3. Danos morais puros e danos morais reflexos. 4.6.4. Atributo característico: reação estatal e fundamento da reparação do dano moral. 5. Reparabilidade dos danos morais, breve

histórico e situação atual no Brasil. 6. Das pessoas responsáveis pela reparação do dano e dos titulares do direito à reparação civil pelo dano moral. 7. Casuística da reparação do dano moral. 7.1. A tutela legal da honra: aspectos penais e civis. 7.2. O dano moral e sua reparação no caso de denúncia caluniosa. 7.3. O dano moral perpetrado por meio de radiodifusão. 7.4. O dano moral no âmbito da Lei de Imprensa. 7.5. O dano à imagem. 7.6. Ofensa do direito à intimidade. 7.7. Danos morais com enchentes. 7.8. O abalo de crédito e o dano moral. 8. Alcance atual da teoria dos danos morais. 9. O dano moral e sua reparação no âmbito do Direito do Trabalho. 9.1. A ocorrência de danos morais no âmbito do Direito do Trabalho. 9.2. Exemplos de danos morais arrolados pela doutrina trabalhista. 9.3. Os danos morais na jurisprudência trabalhista. 9.4. O problema da competência da Justiça do Trabalho em relação ao dano moral. 9.5. Alterações *de lege ferenda*. Sugestões. 9.6. Bibliografia. 566

NOÇÕES DE DIREITO SINDICAL — *Alice Monteiro de Barros*

Direito do Trabalho — Direito Coletivo — Autonomia; Evolução Histórica; Direito Sindical no Brasil — Evolução Legislativa; no Plano Constitucional a Evolução do Direito Sindical brasileiro — Direito Sindical na CF/88; Condições de Registro e Funcionamento; O Sindicato Único; O Sindicato e a Defesa dos Interesses da Categoria; Liberdade de Filiar-se a Sindicato; Negociação Coletiva; no Serviço Público; O Aposentado e o Direito ao Voto; Associações Profissionais; Sindicato; Conceito de Sindicato; Natureza Jurídica do Sindicato no Brasil; A Autonomia Sindical; Prerrogativas Sindicais; Convenção Coletiva e o Art. 7º, IV da CF; Convenção Coletiva — Categoria Diferenciada; Conceito e Natureza Jurídica da Convenção Coletiva; Teoria do Mandato; da Estipulação em Favor de Terceiros; da Gestão de Negócios; da Personalidade Moral e Fictícia; do Pacto Social; da Solidariedade Necessária; da Representação Legal; Institucional; Ato União; Normativa de Kelsen; da Lei Delegada; Mistos; Elaboração, Aprovação, Efeitos, Conteúdo, Importância, Prorrogação, Revisão, Denúncia e Revogação das Convenções Coletivas; Efeitos

Posteriores — Repercussão no Contrato de Trabalho; Conteúdo da Convenção Coletiva; Importância da Convenção Coletiva para o Estado; para o Sindicato; Importância como Fonte de Direito; Prorrogação, Revisão, Denúncia e Revogação, Forma e Publicidade; Substituição Processual — Acordo e Convenção Coletiva; Receita do Sindicato; Outras Prerrogativas Sindicais; Garantias do Dirigente Sindical; Comunicação ao Empregador do Registro da Candidatura do Empregado no Curso do Aviso Prévio; Cargos que Ensejam a Estabilidade Provisória Prevista no Art. 543 da CLT; Abuso de Direito na Fixação do Número de Dirigentes Sindicais; Efeitos do Afastamento e da Despedida do Dirigente Sindical sobre o Contrato de Trabalho; Registro da Candidatura do Dirigente Sindical no Curso do Contrato Determinado; Garantia de Emprego aos Membros da CIPA; Aos Diretores de Cooperativas, dos Dirigentes de Entidades que congregam Profissionais Liberais; aos Representantes de Empregado a que Alude o art. 11 da CF/88	623
---	-----

PREFÁCIO À NEGOCIAÇÃO SINDICAL E CONVENÇÃO COLETIVA: OS SISTEMAS JURÍDICO-TRABALHISTAS CLÁSSICOS — *Maurício Godinho Delgado*

I. Introdução. A atualidade do tema. O padrão jurídico-trabalhista perante o padrão civilista-clássico. A produção autônoma de normas jurídicas no Direito do Trabalho. II. Negociação sindical e convenção coletiva: marco de diferenciação interna ao próprio Direito do Trabalho. O contexto da Inglaterra. Convenção coletiva na França e Alemanha. Um caso-limite: negociação coletiva nos sistemas organizados. III. Esboço de uma tipologia dos sistemas jurídico-trabalhistas clássicos	698
---	-----

GREVE — *Márcio Túlio Viana*

1. Introdução. 2. Esboço histórico. 3. A greve como direito. 3.1. Evolução. 3.2. Fundamentos. 4. Tipos de greves e de represálias. 5. A Lei de Greve. 5.1. O problema da regulamentação. 5.2. Aspectos principais	714
---	-----

PODER NORMATIVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO — PODER REGULAMENTAR DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO — ANÁLISE COMPARATIVA — *Manoel Mendes de Freitas*

1. Considerações preliminares — Poderes do Estado. 2. Poder regulamentar. 3. Poder normativo da Justiça do Trabalho. 4. Poder normativo antes da Constituição de 1988. 4.1. Sentença normativa — fonte formal de Direito. 5. Princípios correlatos. 6. Poder normativo a partir da Constituição de 88 — Limites — A responsabilidade do juiz legislador 731

AÇÃO DE CUMPRIMENTO — *Orestes Campos Gonçalves*

1. Definição. 2. Generalidades. 3. Características específicas. 4. Natureza jurídica. 5. Competência do sindicato. 6. Início do prazo para exercício da ação: Leis ns. 4.725, de 12.7.65, e 7.701, de 21.12.88. 7. Ação rescisória. 8. Prescrição. Bibliografia. Jurisprudência 747

SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DO TRABALHO — *Antônio Álvares da Silva*

1. O valor trabalho. 2. O trabalho como bem jurídico. 3. A solução dos conflitos oriundos das relações de trabalho. 4. Soluções não estatais 761